

Acta nº 3/2002

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano dois mil e dois, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Financiamento a Médio e Longo Prazo, para complementar a comparticipação FEDER nos projectos do QCA III já homologados de acordo com a medida 1.7 da ON – Operação norte;
4. CIAB – Centro de Informação, Medição e Arbitragem de Consumo do Vale do Cávado – Autorização para o Município se associar;
5. Regulamento de Cedência e Venda das Casas da Borralha.

Registando-se quorum, estavam presentes sessenta membros. Não compareceram à chamada os senhores José de Moura Rodrigues, João Alves Soares, Maria de Fátima Pereira Fernandes, Acácio Silva Gonçalves, João Gonçalves Surreira, Fernando Gonçalves de Moura, Luis Filipe Lopes Afonso Carril, Manuel Azevedo Antunes, José Domingos Silva Ferrage, José Miranda Alves e António Gregório Azevedo Dias.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Devido à ausência do Segundo Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia chamou, para completar a constituição da Mesa, o deputado António Bernardes Fidalgo.

Foi posta à consideração a acta da sessão anterior, tendo os deputados António Cascais e Paulo Cruz feito alguns reparos à mesma.

O deputado Paulo Cruz disse que é difícil a elaboração da acta mas pediu para que fosse alterado o quarto parágrafo da página 13 porque a intervenção do deputado António Cascais foi no sentido de tentar diminuir o direito ao uso da palavra de um membro desta Assembleia Municipal, ao classificá-lo como mero acto de “ vaidade”, o que é de lamentar.

O deputado António Cascais disse que se fosse verdade aquilo que vem transcrito na acta pedia desculpa ao deputado Paulo Cruz.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, José Coelho, Manuel Baptista, Francisco Surreira, Ricardo Moura, Acácio Moura Paulo Cruz, António Fidalgo e Fernando Calvão.

O deputado António Cascais disse que aguardou 3 ou 4 meses por uma explicação sobre a construção do Quartel dos Bombeiros de Salto. Num artigo que saiu num jornal questionava-se a responsabilidade de ir para a frente ou não com esta obra e que

também já se tinha dito que a responsabilidade desta era de outros. Julga que aquilo que sabe corresponde à verdade e sabe que a obra não foi aprovada devido à sua dimensão. O projecto foi alterado, fez-se mais pequeno, só que foi chumbado pela JAE porque não respeitava a distância que devia ser guardada da estrada. A ser verdade, e no seu entender, os técnicos devem ser responsabilizados porque a Câmara gastou muito dinheiro com o projecto e com as alterações. Terminou referindo que numa altura em que o voluntariado é tão escasso a Câmara devia apoiar aquilo que vai aparecendo.

O deputado António Ferreira lembrou que devido à alteração do trânsito da rua da Portela, a rua de S. Rosendo passou a ter muito mais afluência e a saída dessa rua desemboca em cima de uma passadeira. Perguntou se não é possível colocar um espelho no passeio para que as pessoas possam atravessar a rua com segurança. Referiu que a obra que está a ser construída na avenida não tem segurança. A construção está a decorrer em bom ritmo mas os perigos que actualmente existem são muitos. Alertou para o mau estado das caixas da EDP. Congratulou-se pela notícia que recebeu de que finalmente o Parque de Exposições tinha sido entregue a uma das empresas concorrentes.

O deputado José Coelho pergunta quando é que a Câmara está a pensar pôr tapete na estrada que dá acesso ao infantário dos Pisões. Disse ainda que sabe que a Câmara está a executar trabalhos no Telhado sem o conhecimento do Presidente da Junta.

O deputado Manuel Baptista disse que a vila de Montalegre tem outra vida quando há sessão da Assembleia Municipal, nunca há estacionamento. Falou do serviço público prestado em Montalegre porque pensa que a Assembleia Municipal é o sítio certo para se discutirem esses assuntos, aliás como se fez noutras alturas. Referiu-se ao serviço público prestado pela Escola Secundária Dr. Bento da Cruz e sustentou a sua intervenção com provas noticiadas pelo jornal Público. Contrariamente àquilo que se tem dito na Assembleia, a Escola Secundária teve mais 5% de sucesso escolar do que aquilo que era esperado e das 465 escolas avaliadas a Escola Bento da Cruz situa-se entre as vinte primeiras, isto no ensino básico. Já para o ensino secundário é diferente, mas aí devem ser vistos outros indicadores, um dos quais os professores que leccionam as disciplinas já que o sucesso escolar é avaliado por disciplina. Na escola Bento da Cruz as disciplinas onde existe maior insucesso escolar são as disciplinas de matemática, história e português.

O deputado Francisco Surreira disse que o largo que dá acesso ao Bairro do Outeiro, em Montalegre, devia ser melhorado já que a despesa não é assim tão grande. Disse ainda que o muro que está em frente ao Jardim Infantil da Pipela está a cair. Falou ainda do Cerrado que foi o ex-libris da candidatura do Dr. Pires, e deixou-se cair porque preferiram investir na Pista Automóvel.

O deputado Ricardo Moura, na sua intervenção, referiu-se aos acontecimentos que tiveram lugar na fronteira com Espanha com os deputados do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã e Miguel Portas, e perguntou como é possível que com dois governos de direita aconteça o que aconteceu.

O deputado Acácio Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Covelães, elogiou a intervenção feita pela Câmara no Parque de Lazer de Frades o ano passado. Disse, no entanto, que os empreiteiros colocaram nesse espaço lixos e a Câmara devia fazer

pressão para que fossem retirados o mais breve possível. Disse ainda que as árvores deviam ser estacadas e deviam colocar mesas porque é uma zona muito frequentada.

O deputado Paulo Cruz disse que aquilo que os vereadores do PSD fazem na Assembleia é boicotar o desenvolvimento que esta terra precisa. Entregou a seguinte proposta à Mesa:

“Sendo do conhecimento geral, as medidas anunciadas para a nossa Região, por parte deste Governo:

. O congelamento da verba do PIDDAC de 2002 para o arranque das obras do Pólo da UTAD em Chaves;

. A vontade política de colocar portagens no IP 3, isto é, de os utentes terem de pagar;

Perante tais factos, venho propor a esta Assembleia que se manifeste contra estas medidas, pois em nada abonam para o desenvolvimento do norte do distrito, como também não contribui para “aproximar” o interior do litoral, antes pelo contrário, aumenta ainda mais o fosso que vinha sendo diminuído. Provocando ainda um rude golpe nas aspirações dos jovens desta região, ao ficarem uma vez mais marginalizados no processo de enquadramento de Cursos Universitários, desencadeado por todo o país.

Entendo, por tudo isto, que esta Assembleia não deve ficar indiferente a estas medidas tão injustas ou até antidemocráticas.

Solicito à Câmara que na AMAT manifeste a nossa indignação e esta clarifique a sua posição e defina as medidas a ser implementadas.

Assina, Paulo Cruz”

O deputado António Fidalgo apresentou a seguinte proposta:

“A Câmara lançou a ideia de levar a efeito uma grande obra em Montalegre – O Parque de Exposições e Feiras de Montalegre.

Depois de muito debate e de confronto com várias ideias, elaborou um projecto que foi sancionado pelo eleitorado.

Esse projecto contempla um pavilhão multiusos para a Feira do Fumeiro e outros acontecimentos do género, um auditório com cinema, a delegação do Parque Peneda Gerês e ainda um pavilhão gimnodesportivo. O Campo da Feira é remodelado, dando-lhe mais urbanidade e dotando-o de espaços verdes. Na zona norte da rua dos Bombeiros é construído o novo mercado de gado e um recinto para chegadas de bois e espectáculos ao ar livre, com uma ligação subterrânea para o campo da Feira, junto ao jardim infantil, onde fica uma grande praça com as tradicionais tascas e que faz a ligação de todos estes espaços.

É intervencionada a própria rua e alargada para ter estacionamento na perpendicular. Cria-se uma zona de estacionamento nova na entrada do campo da Feira e este próprio espaço pode servir de parque de estacionamento em grandes eventos.

Este projecto desenvolve-se numa área de 4,5 hectares e é servida por infra-estruturas e é em mais de 80% propriedade da Câmara.

Trata-se de uma intervenção urbana e paisagista numa área importante dentro da vila, que precisava de ser valorizada.

Trata-se também de dotar o concelho e a região de um conjunto de infra-estruturas culturais, desportivas e de animação da actividade económica e pretende-se contribuir para a animação da sede do concelho e para a dinamização do comércio local.

Sendo normalmente, pelo seu volume e complexidade, um processo longo, torna-se, também por isso, mais desejado.

Este projecto é o maior projecto jamais realizado em Montalegre.

É útil e é necessário. Mas é ousado!

Tendo a Câmara, na sua reunião de 17 de Junho, adjudicado a obra, vem esta Assembleia Municipal reconhecer o espírito empreendedor do executivo, a grande importância do projecto para o concelho e manifestar à Câmara Municipal total apoio e solidariedade num projecto que comporta alguns sacrifícios financeiros e orçamentais, mas que vai ser, seguramente, a mais importante obra de todos os tempos em Montalegre e que é uma referência da região e por isso enche de orgulho todos os Barrosões.”

O deputado Fernando Calvão disse que pelas intervenções que ouviu nem tudo estava bem. Recordou que já tinham sido pedidas lombas ou semáforos para a avenida e até agora não colocaram nada. Disse ainda que tinha sido falado na Assembleia que o Presidente da Câmara faz obras nas aldeias e nem sequer dá conhecimento aos Presidentes da Junta com quem se deve manter uma relação institucional. Falou sobre o rio de Solveira dizendo que a fossa de Gralhas está muito próxima da margem do rio, e escorre para o rio poluindo-o. Ouviu falar em boicote ao empreendimento que querem fazer no centro da vila. Pediu que o deputado Paulo Cruz explicasse o que é boicote. Disse que o PSD teve uma posição muito clara em relação ao Parque de Exposições, que era votar contra um projecto megalómano.

Findas as intervenções, inscreveram-se para prestar esclarecimentos o deputado António Cascais, Manuel Baptista e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que era para falar no Período Antes da Ordem do Dia sobre o que se passou na eleição do Conselho Executivo da Escola Secundária Bento da Cruz porque, na sua opinião, foram utilizados métodos pouco ortodoxos. Ao deputado Ricardo Moura disse que também não ficou contente com o que aconteceu aos deputados portugueses na fronteira.

O deputado Manuel Baptista pediu ao deputado António Cascais que lhe dissesse quais foram os métodos pouco ortodoxos a que se tinha referido.

O deputado Paulo Cruz disse que toda a gente sabe o que quer dizer boicote. Se toda a gente considera a obra do Parque de Exposições necessária e o PSD vota contra, se isso não é boicotar, então digam o que é.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos interpelantes.

Ao deputado António Cascais disse que o projecto do Quartel dos Bombeiros de Salto foi elaborado e não há esbanjamento de dinheiro. O projecto foi aprovado e custava 180 mil contos. O Governo participava com 80 mil, mas a Câmara não podia suportar uma despesa de 100 mil contos para a construção do Quartel. Esta decisão foi comunicada à direcção anterior da Associação e foi aceite. O projecto podia ser alterado e fizeram-se algumas alterações porque havia alguns exageros e assim conseguia-se diminuir o custo do projecto. A Junta Autónoma de Estradas levantou problemas na segunda fase da aprovação que não tinha levantado na primeira e mais uma vez tiveram que se fazer alterações. A Câmara nunca disse que a responsabilidade é dos outros. Foi a Câmara que comprou o terreno, fez o projecto e também fez todas as diligências para o Governo o financiar. Disse ainda que o Executivo municipal não é a direcção dos Bombeiros, nem politiza o caso como o Sr. Cascais quer fazer. Porque se há alguém que trabalhou pelo quartel dos Bombeiros de Salto, foi a Câmara.

Ao deputado António Ferreira disse que junto à rua do Salgado vai ser colocado um STOP para diminuir a velocidade.

Ao deputado José Coelho disse que as ruas do Bairro dos Pisões não vão levar tapete mas sim lamas asfálticas. Sobre as obras que estão a decorrer na aldeia do Telhado disse que realmente podia ter dado conhecimento ao Presidente da Junta mas não há motivo para melindres.

Ao deputado Manuel Baptista disse que a Câmara devia ter alguma ponderação ao falar sobre a inspecção à escola. Referiu que já tinha pedido ao vereador que pedisse explicações sobre a informação que foi dada à inspecção de que os transportes escolares andavam sobrelotados. Não se admite que isso seja matéria para penalizar a escola quando não é verdade. Não se admite também que o inspector dê essa informação só com a audição da escola e não tenha recolhido a informação da Câmara.

Ao deputado Francisco Surreira disse que a rua da Portela ainda não tinha sido terminada e que há muito trabalho a fazer. Pensou que o deputado ia dar um elogio por ver a obra da igreja a andar, mas o estilo do PSD é sempre o mesmo: preso por ter cão e preso por não ter. Zangou-se quando a obra estava por fazer, e está zangado porque se fez a obra. A Câmara apresentou uma candidatura para o adro da igreja que foi aprovada pelo governo anterior. Sobre o Cerrado disse que o PSD diz que a Câmara está endividada e queriam que fossem gastos 500 mil contos na compra do Cerrado e mais 500 mil contos nas infra-estruturas. Isso é de irresponsáveis. Deixem o Cerrado para os privados que eles bem têm contribuído para o desenvolvimento da vila, graças ao estímulo e apoio da Câmara.

Ao deputado Acácio Moura disse que o parque de que falou tem problemas, mas toda a gente sabe que aquele terreno é da EDP.

Ao deputado Fernando Calvão disse que a avenida vai ter intervenção para beneficiação do piso, alargamento dos passeios, vão ser implementadas lombas para limitar a velocidade. Informou que a fossa de Gralhas, construída no tempo do PSD, ruiu. Vai ser feita outra logo que seja possível e vai ser feito mais um troço de saneamento. O Senhor Presidente da Câmara quis esclarecer ainda sobre o boicote, do PSD exemplificando com o seu voto contra um empréstimo com juro bonificado; por ter votado contra um subsídio à Junta de Venda Nova e contra a compra de um terreno da Fábrica da Igreja para a variante da vila.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para uma segunda intervenção os deputados António Cascais, Francisco Surreira, Manuel Baptista, Fernando Calvão.

O deputado António Cascais pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos e disse que parece que chegam lume ao Senhor Presidente quando se agitam as bandeiras laranja. Disse-lhe que confunde diferenças de opinião com boicote e esclareceu que boicotar é obstacularizar; pôr entraves; chantagiar; as diferenças de opinião são legitimidade. O Senhor Presidente da Câmara tem toda a legitimidade para ter as suas opiniões assim como todos têm legitimidade em concordar ou discordar com essas acções. Referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara tem uma ideia má das pessoas do PSD, que são mal formadas e não valem nada. Citou uma frase de Sá Carneiro: “A comunidade política só se legitima quando resolver os problemas sociais”. Em relação ao Cerrado, disse que se a ideia de o recuperar agora é assim tão má porque é que a Câmara fez uma maqueta que tanto propagandeou.

O deputado Francisco Surreira, em relação ao Cerrado, mostrou um comunicado que o Partido Socialista tinha enviado à população onde anunciava os equipamentos que iam ser ali instalados e que foi bandeira política da campanha eleitoral do Dr. Pires.

O deputado Manuel Baptista referiu que pensa que não foi o inspector que deu a informação de que os transportes escolares de Montalegre andavam sobrelotados, essa informação é da responsabilidade do jornalista do jornal Público.

O deputado Fernando Calvão disse que boicote é um termo muito forte e o que o PSD tem é um sentido de desenvolvimento para a vila diferente do do PS. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que comentasse a falta de relacionamento institucional que existe com as Juntas de Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia quis responder à questão colocada sobre o Cerrado, já que a compra deste foi pensada durante o seu mandato e disse que a maqueta tinha sido feita pelos técnicos do GATAT porque ficava muito mais barata. Saiu uma lei sobre expropriações com o Governo do PSD, que inviabilizou a compra do Cerrado. Mais tarde houve a hipótese de o adquirir mas os equipamentos, nessa altura, já estavam a ser construídos noutros locais.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que sobre o Cerrado o essencial já tinha sido dito pelo Dr. Pires. Disse que havia a realçar o nervosismo que está latente no espírito da bancada do PSD. O governo PSD/PP está a governar muito pior que governou o PS. Vir anunciar o fim do juro bonificado à habitação dos jovens pôr em causa tantos empregos na construção civil e na função

públicas medidas que só prejudicam os portugueses. Sobre o esquerdismo perguntou se já tinham esquecido que o Dr. Durão veio do MRPP, andou a lançar cokteils molotofe e de matracas nas mãos. Sobre o Cerrado disse que já foi tudo dito e que o processo privado que está a ser desenvolvido deve ser apoiado e acarinhado. Disse que aquilo que o PSD queria era que a Câmara voltasse atrás na decisão tomada, mas isso não vai acontecer porque têm os pés bem assentes na terra. Terminou afirmando que se orgulha de que o maior leque de obras de sempre que se fez no concelho tenha sido desenvolvido pelos Socialistas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a discussão as propostas apresentadas à Mesa. Inscreveram-se para intervir sobre a proposta apresentada pelo deputado Paulo Cruz os deputados Mário Mendes, António Cascais, António Ferreira e o proponente, Paulo Cruz.

O deputado Mário Mendes saudou o deputado Paulo Cruz e apoiou a proposta. Disse ainda que efectivamente aquilo que foi prometido durante a campanha eleitoral pelo PSD parece-lhe que está esquecido. Disse que o interior, e sobretudo o concelho de Montalegre, já foi muito penalizado com a caça ao voto.

O deputado António Cascais disse que o deputado Paulo Cruz quis trazer à Assembleia uma proposta de âmbito nacional para atingir o Governo. Apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Manifestamos o nosso apoio ao apelo que se faz no sentido da criação do Pólo Universitário de Chaves, contudo discordamos em absoluto com o que se diz relativamente ao pagamento de portagens no futuro IP3 o que não é verdade, conforme se tem vindo a dizer por parte de quem tem responsabilidades no Governo”.

O deputado António Ferreira louvou a atitude do deputado Paulo Cruz e disse que tinha pena que outros jovens socialistas, ou não, não tenham tomado posição semelhante. Pensava que o pólo da UTAD em Chaves estava a funcionar, só percebeu na Assembleia que o governo PS criou essa estrutura e o actual Governo retirou-lhe a verba, o que inviabiliza o seu funcionamento.

O deputado Paulo Cruz disse que não valia a pena estar a discutir se os governos PS foram bons ou maus. Deve-se olhar para o futuro e para o actual governo PSD/PP. Não se pode estar a pedir para apertar o cinto ao interior e à classe média que são os que mais precisam e estes também são Portugal. Cada vez que é preciso relançar a economia é preciso fazer esforços e quando é o PSD a governar o esforço é pedido ao interior e à classe média.

Inscreveram-se para intervir sobre a proposta apresentada pelo deputado António Fidalgo os deputados António Cascais, António José Carvalho, Francisco Surreira e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que esta proposta vem no sentido de louvar a Câmara pelo investimento. É uma opção legítima, é um investimento de 1,6 milhões de contos, que até poderá ultrapassar os dois milhões de contos, para a Câmara pagar em quatro anos. Referiu que estamos num concelho em que a desertificação é evidente e a população desceu assustadoramente e estamos numa terra em que as receitas próprias e as receitas do estado são à volta de 3 milhões de contos. Um investimento desta natureza devia viabilizar uma dinamização do concelho de forma a que criasse emprego

e gerasse riqueza. Disse que o Senhor Presidente da Câmara já tinha referido que o Pavilhão Gimnodesportivo e o Auditório nunca iriam para os valores que tinham sido apresentados, mas sabemos que o Parque de Exposições fica bem pela sua grandeza, só que devemos questionar é se no futuro esta obra é viável, tal como a Pista Automóvel que, no entender do PSD, foi uma má opção. Lamentou o facto de a Câmara ter demolido o pavilhão gimnodesportivo tão cedo, o que acabou por não beneficiar a população estudantil. Referiu que a opção do PSD, neste momento, estava virada para o concelho no seu todo. As aldeias também precisam de apoios e da criação de infra-estruturas para fixar as suas populações. Na avenida há uma concentração de prédios: Condalton e A. Machado e ainda vai lá ser colocado mais um volume de obras, o Parque de Exposições que com as infra-estruturas que vai ter dariam mais desenvolvimento à vila.

O deputado António José Carvalho disse que o discurso do deputado António Cascais está ultrapassado. Sobre o Parque de Exposições manifestou-se favoravelmente à sua construção e disse ainda que o PSD fala de despesismo quando tenta levar a cabo a construção do Parque de Exposições e que quando o Paulo Cruz apresenta uma proposta referem que é para atingir o Governo. Com este tipo de atitude dá impressão que o PS Montalegre não pode ter opinião.

O deputado Francisco Surreira falou de dois artigos que tinham sido publicados em dois jornais sobre a actividade do Governo socialista na área da agricultura. Verbas que ficaram por receber e outras que tinham que ser pagas.

O deputado Paulo Cruz disse que tudo aquilo que é para o bem do concelho deve ser apoiado. Não se pode dizer que nas aldeias não se fizeram obras porque isso não é verdade.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que há uma evidência que ninguém nega que é o local do investimento porque já tivemos a prova com a realização da Feira do Fumeiro que, apesar de ter sido boa, toda a gente viu o que é que aconteceu à vila, ficou deserta. Esta questão foi muito bem pensada pelos responsáveis da autarquia e disse que não eram irresponsáveis a ponto de quererem fazer um investimento deste tipo se o projecto não tivesse sido muito bem estudado. Há garantia de que o projecto vai ser financiado através da AMAT. Disse ainda que tinha visto muita contradição e muita falta de fé por parte de quem queria o poder. Pediu que lhe dissessem, se este investimento não desenvolve o concelho, então qual o investimento que deve ser feito. É uma estrutura que vai dar apoio aos produtos locais, ao turismo, etc. O Sr. Cascais disse que no presente não o fazia, perguntou então para quando. Quando acabarem os fundos comunitários?

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia referente ao período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveu-se para intervir o deputado João Duarte que perguntou se, quando o Senhor Presidente falou na limpeza de caminhos, se estava a referir à limpeza de valas e aos corta fogos que fizeram na Corujeira e perguntou ainda se houver um incêndio por onde passam os carros dos bombeiros.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo-lhe que espera que isso não aconteça mas a Câmara tem durante o verão máquinas à disposição para ajudar no combate aos fogos.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Financiamento a Médio e Longo Prazo, para completar a participação FEDER nos projectos do QCA III já homologados de acordo com a medida 1.7 da ON – Operação Norte

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o assunto à Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e António José Carvalho.

O deputado António Cascais disse que, à luz do que está escrito na explicação das propostas, parece-lhe que as condições mais vantajosas em termos de taxa de juro é a proposta apresentada pelo BPI. Terminou dizendo que nesta votação se iria abster.

O deputado António José Carvalho disse que se deve votar a favor desta proposta e tem pena que outros bancos não tivessem dado resposta ao solicitado.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos e disse que a Câmara está a 30% da sua capacidade de endividamento e este empréstimo serve para se poder fazer mais obras. Referiu que as propostas são idênticas mas aparentemente a proposta apresentada pela Nova Rede é melhor porque garante a mesma taxa de juro que o BPI em 11 anos.

Deliberação: Foi deliberado por maioria, com dezassete abstenções, autorizar a Câmara Municipal a contrair, em nome do Município de Montalegre, empréstimo, de médio e longo prazo, no valor de €494.652,37 (Quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois mil euros e trinta e sete cêntimos) destinado a completar a participação FEDER nos projectos do QCA III, já homologados de acordo com a medida 1.7 da ON – Operação Norte. Foi deliberado ainda aprovar, por maioria, com dezassete abstenções, a proposta de empréstimo, e condições contratuais nela vertidas, apresentada pelo Banco BCP/Nova Rede, com base nos fundamentos constantes do documento de análise das propostas.

4. CIAB – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo do Vale do Cávado

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

Deliberação: Foi deliberado por unanimidade aprovar a minuta dos estatutos da Associação “CIAB – Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo do Vale do Cávado”, bem como autorizar o Município a integrar tal Associação.

5. Regulamento de Cedência e Venda das Casas da Borralha

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Mário Mendes e Francisco Surreira.

O deputado Mário Mendes disse que esta rectificação ao regulamento enquadra-se bem. Pensa que o documento deve ser aprovado e deve ser posto em vigor. A Câmara tem feito um trabalho excelente com a aquisição do Bairro Novo. Disse que conhece bem toda a situação que se passa no sector extractivo e com a habitação dos trabalhadores das minas, que não bastou terem de abandonar os postos de trabalho, sem direito a indemnizações, como também ficarem sem habitação. Lamenta que a Câmara não tivesse comprado mais casas, mas sabe que não as podia adquirir porque o proprietário não vende.

O deputado Francisco Surreira perguntou se a situação do Bairro já está regularizada.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a escritura ainda não foi celebrada por problemas que a Conservadora do Registo Predial tem colocado.

Deliberação: O Regulamento de Cedência e Venda das Casas da Borralha foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida em voz alta a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

No prazo legal justificaram as faltas os senhores deputados José de Moura Rodrigues, João Alves Soares, Maria de Fátima Pereira Fernandes, Acácio Silva Gonçalves, Fernando Gonçalves de Moura, Luis Filipe Lopes Afonso Carril, Manuel Azevedo Antunes, José Domingos Silva Ferrage e José Miranda Alves.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário